



CLIPPING

Sábado e
Domingo
20 e 21
de Maio
de 2023

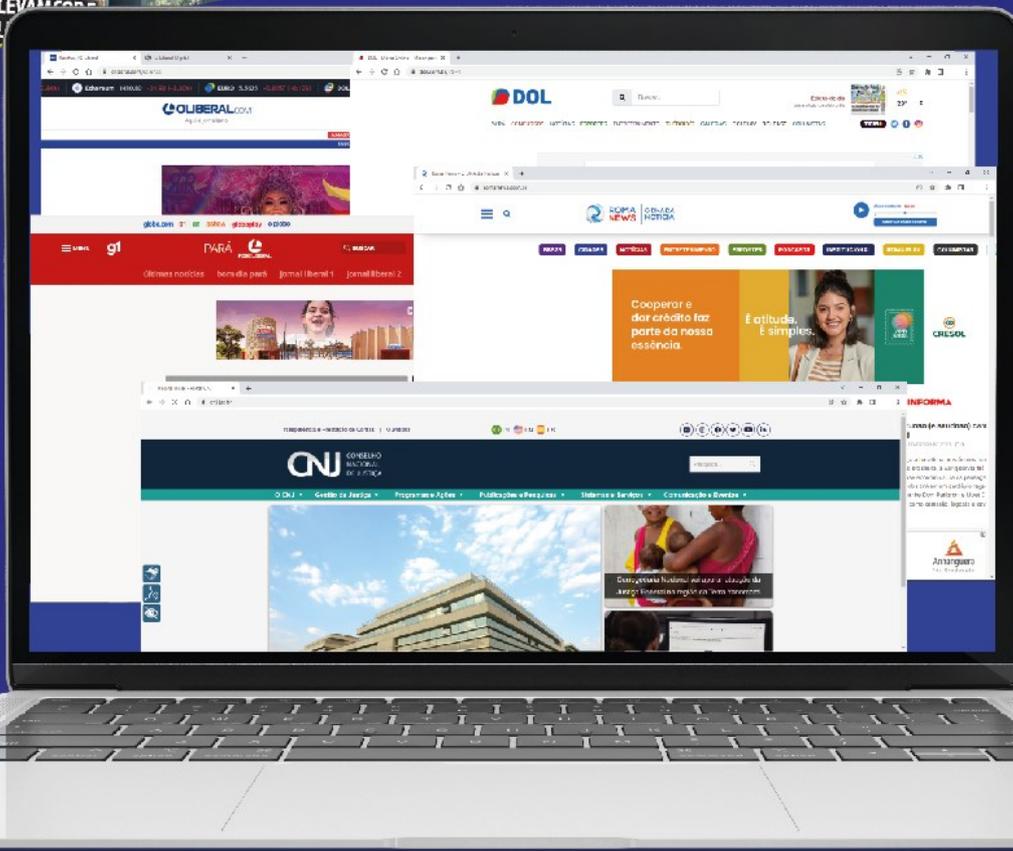


Diário do Pará



SEU BOLSO SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.



REPÓRTER

70

> OAB RESPOSTA

Em relação à nota publicada na edição de sexta-feira, 19, neste espaço, a OAB-PA enviou nota à redação afirmando que o edital do Quinto Constitucional do Tribunal de Justiça do Estado (TJPA) “é bem claro no que cerne à aplicação da paridade de gênero. Para tanto, é necessário que haja seis inscrições de mulheres efetivamente deferidas”. Segundo a nota, caso não ocorra o deferimento desse quantitativo de inscrições, a consulta à classe respeitará o princípio da ampla concorrência. Em momento algum, diz a OAB-PA, a medida “visa não contemplar a paridade de gênero. Pelo contrário, o objetivo é evitar republicações do edital, caso o número mínimo de mulheres inscritas não fosse eventualmente atingido”.

LISTA

Falando no Quinto Constitucional, as informações preliminares são de que houve 16 inscrições à vaga no desembargo, sendo sete de mulheres.

NOMES

São elas: Kelly Cristina Garcia Salgado Teixeira, Daniele Ribeiro de Carvalho Lima, Gisele de Souza Cruz da Costa, Roberta Pires Ferreira Veiga, Kátia Tolentino Gusmão da Silva, Lia Daniela Lauria e Rosinei Mendonça Dutra da Costa. Além delas, os nove candidatos masculinos são Marcus Valério Saavedra Guimarães de Souza, Cesar Ramos da Costa, João Índio, Alex Pinheiro Centeno, Odilon Vieira Neto, Humberto Feio Bulhosa, José Ronaldo Dias Campos, Denis da Silva Farias e Hugo Leonardo Pádua Mercês. A lista ainda será oficializada no diário eletrônico da Ordem.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**INTERVENÇÃO**

Titular da Saúde de Parauapebas é exonerado

ENIZE VIDIGAL
DA REDAÇÃO

Uma intervenção administrativa na saúde do município de Parauapebas, no sudeste Paraense, foi decretada (Decreto 533/2023) pelo prefeito Darci Lermen (MDB), conforme publicado no Diário Oficial do Município, nesta sexta-feira, 19. O secretário de saúde, Gilberto Laranjeiras, foi exonerado do cargo (Decreto 532/2023). O motivo da intervenção foi a recente redução do funcionalismo que causou prejuízos no atendimento à população. Uma decisão judicial havia determinado as exonerações de servidores contratados porque a folha de pessoal estava inchada.

As demissões realizadas em várias áreas da administração municipal são estimadas em 2.500, sendo 500 somente na saúde. Após as dispensas, circularam nas redes sociais reclamações de deficiência no atendimento à população em várias unidades da atenção básica à alta complexidade.

O Decreto 533 instituiu uma comissão para resguardar o atendimento à população, garantindo o funcionamento de serviços essenciais no Hospital Geral de Parauapebas, nas Unidades de Pronto-Atendimento e nos demais setores do órgão pelo prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Fazem parte da chamada Comissão Especial de Acompanhamento e Intervenção Administrativa na Secretaria de Saúde de Parauapebas, os seguintes servidores: Teobaldo Correia Neto e Jobervan Augusto da Silva, da Secretaria de Administração; Alex Ohana, do gabinete do prefeito, que coordena a comissão; Paulo Vilarinhos, adjunto da secretaria de Saúde; Seanne da Silva, coordenadora da Atenção Básica da secretaria de saúde; Natasha Moraes, também da Secretaria de Saúde; e Evaldo Fidelis, presidente do Conselho Municipal de Saúde.

No decreto, Lermen também determinou a instauração de processo administrativo para apurar "eventuais irregularidades identificadas em decorrência da descontinuidade dos serviços essenciais da Secretaria Municipal de Saúde".

PREFEITURA

Em nota enviada a O Liberal, a Prefeitura de Parauapebas informou que: "criou uma Comissão Especial de Acompanhamento e Intervenção Administrativa na Secretaria de Saúde para resguardar a continuidade dos serviços essenciais no Hospital Geral de Parauapebas (HGP), Unidades de Pronto Atendimento e demais setores do órgão, pelo prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período. O decreto foi publicado na tarde desta sexta-feira, dia 19, em edição extra do Diário Oficial Eletrônico do Município de Parauapebas (E- Domp)".

JUSTIÇA

Na última terça-feira, 16, o juiz Lauro Fontes Júnior, titular da Vara de Fazenda Pública e Execução Fiscal da Comarca de Parauapebas, determinou que a Prefeitura exonerasse os servidores contratados pelo município. A decisão atende parcialmente a ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual (MPPA), que acusa o prefeito de não ter executado o plano de demissão dos contratados e para convocar concursados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Casamentos homoafetivos crescem 14 vezes no Pará

EM 10 ANOS

Após 10 anos desde a autorização nacional para que os Cartórios de Registro Civil paraenses realizem casamentos entre pessoas do mesmo sexo, o número de matrimônios entre casais homossexuais cresceu quatorze vezes no Pará.

Em média, são realizadas 131 celebrações por ano no Estado, sendo que 51,6% delas são entre casais femininos e 48,4% delas entre casais masculinos. Os dados foram revelados pela Associação dos Notários e Registradores do Estado do Pará (Anoreg/PA).

De acordo com a Anoreg/PA, até abril de 2023 o Pará contabilizou 1.435 casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Em 2013, primeiro ano de vigência da autorização nacional foram 25. Em 2018 foram 159 celebrações, enquanto 2020, primeiro ano da pandemia, totalizou 119.

Em 2021 os matrimônios voltaram a crescer, com 140 atos, atingindo o recorde em 2022, com 346, ano com o maior crescimento, com aumento de 147%. Até o mês passado foram 124.

Os números constam da Central de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), base de dados nacional de nascimentos, casamentos e óbitos administrada pela Associação Na-

PARA ENTENDER

O QUE É NECESSÁRIO?

- Para realizar o casamento civil é necessário que os noivos, acompanhados de duas testemunhas (maiores de 18 anos e com seus documentos de identificação), compareçam ao Cartório de Registro Civil da região de residências de um dos nubentes para dar entrada na habilitação do casamento.
- Devem estar de posse da certidão de nascimento (se solteiros), de casamento com averbação do divórcio (para os divorciados), de casamento averbado ou de óbito cônjuge (para os viúvos), além de documento de identidade e comprovante de residência.
- O valor é tabelado em cada noivos – em diligência ou na sede do cartório.

da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132. “O casamento entre pessoas do mesmo sexo é mais uma conquista que é celebrada nos Cartórios de Registro Civil no Pará”, destaca Conrado Rezende, Oficial de Registro civil e também diretor da Anoreg/PA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

cional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), entidade que reúne os 7.757 Cartórios de Registro Civil do país e são contabilizados desde quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução nº 175 e padronizou a atuação das unidades registras no país.

De acordo com a Associação, até a publicação da norma, os Cartórios eram obrigados a solicitar autorização judicial para celebrar estes atos, que muitas vezes eram negados pelos magistrados pela ausência de lei, até hoje não editada Congresso Nacional, mas superada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2011, equiparou as uniões estáveis homoafetivas às heteroafetivas, em julgamento

FEMININOS

Os matrimônios entre casais femininos representam 51,6% do total de casamentos homoafetivos no Pará, tendo sido realizadas 740 celebrações deste tipo em Cartório. No ano passado foram 135 cerimônias, aumento de 48% em relação ao ano anterior. Já o maior aumento das oficializações entre as mulheres se deu em 2018, com crescimento percentual de 81%.

Já os matrimônios entre casais masculinos representam 48,4% do total de casamentos homoafetivos no Pará, tendo sido realizadas 695 celebrações deste tipo em cartório. No ano passado foram 211 cerimônias, aumento de 331% em relação ao ano anterior.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

OPERAÇÃO CAIXA OCULTA PF INVESTIGA VENDA DE MUNIÇÕES



Foi cumprido mandado
de prisão da mídia e
aparelho celular
para investigação

Policiais cumprem mandado de busca e apreensão em loja de caça e pesca na cidade de Redenção

VENDA IRREGULAR

A Polícia Federal cumpriu um mandado de busca e apreensão nesta quinta-feira, 18, pela operação Caixa Oculta. Foram apreendidos um HD e um aparelho celular, que ajudarão a desvendar as circunstâncias da venda irregular de munições ocorrida no mês passado, em Redenção.

O mandado, expedido pela Justiça Estadual do Pará no município, foi cumprido na loja de artigos de caça e pesca, onde havia ocorrido o flagrante.

A investigação partiu da prisão de um cliente do estabelecimento, encontrado com 38 munições de calibre 38 cocardada, no dia 3 de abril deste ano. Na ocasião, o comprador e o vendedor foram presos em flagrante, por conta do comércio de munição em desacordo com a lei vigente.

Em seguida, a equipe da Polícia Federal foi impedida de ter acesso às imagens do circuito interno de TV da loja, para comprovar o crime. Por isso, foi pedida, expedido e cumprido o mandado de prisão da mídia e do aparelho celular.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA

Raul Luiz Ferraz Filho



Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.

HOMENAGEM

● A presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, entregou na terça-feira (16) à desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias, presidente da Comissão de Gestão de Memória do TJPA, a placa alusiva à premiação conquistada durante o III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O TJPA foi o grande vencedor do II Prêmio CNU Memória do Poder Judiciário 2023, na categoria "Patrimônio Cultural Arquitetônico", com o projeto "Inauguração do novo Museu Judiciário do TJPA", localizado na avenida Nazaré, em Belém. Na oportunidade, a desembargadora Rosi relatou à presidente detalhes da visita feita ao Tribunal de Justiça do Alagoas, quando participou da cerimônia de abertura da exposição "A justiça e o tempo", instalada naquela Corte.



Desembargadora Rosi Gomes de Farias recebe homenagem da presidente do TJPA, Maria de Nazaré Gouveia dos Santos

AÇÃO SOCIAL

● A Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará realizou uma ação social em comemoração ao Dia das Mães. O evento contou com a participação de diversas mães e mulheres, que receberam atendimentos e serviços gratuitos. Foram realizados 54 atendimentos, que incluíram a emissão de carteiras de identidade, agendamento de consultas médicas e a entrega de cestas básicas, graças à parceria com o Governo do Estado do Pará. Para o ouvidor Mairton Marques Carneiro, a Ouvidoria Agrária do TJPA reafirma o compromisso em promover ações sociais que contribuam cidadania e regularização dos trabalhadores no campo.

MINUTA

● A 1ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região manteve a sentença que determinou a uma beneficiária de pensão civil temporária que devolva aos cofres públicos os valores recebidos indevidamente, com juros e corrigidos desde a data do recebimento de cada uma das parcelas.

● De acordo com os autos, a pensionista recebeu indevidamente valores pagos de dezembro de 1996 a outubro de 2007, quando o benefício foi suspenso por decisão do Tribunal de Contas da União. O cancelamento da pensão ocorreu porque a Administração teve ciência de que a ré foi admitida na Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará ainda em 1984.

● A Justiça do Trabalho de Minas Gerais determinou o pagamento de indenização por assédio moral e sexual, no valor de R\$ 20 mil, à vendedora de uma concessionária de motocicletas com filial em Uberaba. Navegação da julgadora, a conduta antijurídica da empresa ficou evidente, pela ausência de medidas protetivas da dignidade de suas empregadas em face da incontinência de conduta praticada pelo superior hierárquico. Isso conduziu à reparação

por danos morais, nos termos do Código Civil.

● Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos salários-maternidade e auxílio-doença, aposentadoria e auxílio-doença, mais de um auxílio-acidente, mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

● É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia, bem como por despesas com transporte, hospedagem e alimentação em caso de acompanhamento em viagem. Ainda, o trabalho não compensado prestado em domingos e feriados deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

● As horas suplementares (extras) à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo no mínimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora normal.

Colaboração Prof. Jaciel Papaléo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizflavioreporter

www.facebook.com/luiz.flavio.47

lflavio@outlook.com

CEO DO GRUPO RBA VISITA PRESIDENTE DO TRT-8

O CEO do Grupo RBA, Camila Centeno esteve em visita de cortesia ao presidente do TRT-8, desembargador Marcos Augusto Louzada Maia, na oportunidade acompanhado da Secretária-Chefe da Presidência, Tatiane Martins. Na oportunidade, renovou os votos de parceria entre as instituições na compartilhamento de informações acerca das atividades da Justiça do Trabalho no Pará, especialmente da Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e incentivo à Aprendizagem, com quem o Grupo RBA possui uma longa trajetória de parceria.



Pinheiro & Penafort muda de sede e amplia área de atuação

Com mais de 50 anos em mercado, escritório Pinheiro & Penafort está prestes a mudar de sede, com o novo endereço no campo de atuação. A nova sede – que continuará sendo Pinheiro & Penafort – está localizada no 22º andar – passando a contar com uma ampla e moderna estrutura de 300 m², com 42 advogados, reforçando compromisso e eficiência com seus clientes nas áreas de Direito Contratual, Administrativo, Tributário, Agrário/Pesqueiro, Imobiliário, Sócios, Acionistas, Arrendatários, Seguro, Previdência, Família, Patrimônio, Acionistas, Arrendatários.



Dirigentes do TRE do Pará participam do 87º Coptrel, em Brasília

O TRE do Pará através do presidente, desembargador Luciano Gonçalves da Cruz Jr., do diretor geral Tribunal, Natália Castro, e especialistas jurídicas, Rosamaria Oliveira Nascimento, participou do 87º Encontro do Colégio de Presidentes das Tribunais Regionais Eleitorais (87º Coptrel) encerrado na última sexta-feira, em Brasília. O evento reuniu autoridades da Justiça Eleitoral (presidentes, diretores-gerais e assessores de comunicação) das 27 unidades



da federação. A assessora de Comunicação Institucional do regional, Renata Ferreira também integrou o comitê de trabalho. A assessora de Assessoria de Comunicação na sede do TRE-PA, que fez parte do Coptrel.

Advogado amplia atuação para interior do Estado

O advogado Marlon Lopes de Lima amplia sua atuação também para o interior do Estado nas cidades de São João do Rio Preto, Marabá, Belém, e outras localidades. O advogado atua nas áreas de Direito Civil, Juizados Especiais, Trabalho e Previdenciário. Atuação do advogado tem alcançado resultados satisfatórios na mediação de conflitos.

Solução de conflitos: mineradoras e TPA criam fórum de diálogo

O evento "Plataforma Consensuada de Mediação", resultado de parceria entre a ANM e o TJPA, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Ombudsman (CJSC) do TJPA, foi realizado na última quarta-feira, em Cabana Clube, em Belém, com o objetivo de criar um fórum de diálogo reunindo equipes de Albras, Hebra, TPA, advogados e consultores. Com foco na resolução justa e



transparente negociações, foram emitidas 52 notificações, 28 atendimentos foram realizados e 27 acordos foram celebrados. Os acordos nas mediações realizadas alcançaram 75%.



DAB-PA: II Colégio de Presidentes de Subseções consolida interiorização

Melhorar a prestação jurisdicional e o exercício da advocacia na Região Metropolitana de Belém e no interior. Com esses objetivos, o DAB-PA realizou em Santarém, na última quarta-feira, o Colégio de Presidentes de Subseções no triênio 2022-2024. Para consolidar a interiorização da instituição, o evento reuniu diretores seccionais, conselheiros federais e todos os presidentes de subseções. Com a aprovação e a formação "Corte de Santarém" – documento com os pontos principais, proposições e deliberações, o encontro é mais um passo importante para avançar na fortalecimento da advocacia parense.

Após demissão de trabalhadores temporários, área da saúde tem serviços prejudicados em Parauapebas, no PA

Decisão da Justiça atendeu um pedido do Ministério Público Estadual que identificou um número excessivo de contratados na folha de pagamentos da prefeitura.

Por g1 Pará e TV Liberal — Belém

19/05/2023 21h57 · Atualizado há 2 dias



Uma decisão judicial determinando a demissão de 440 servidores temporários na área da saúde em em [Parauapebas](#), no sudeste do Pará, afetou a prestação de serviço nas unidades de saúde da cidade.

A decisão da Justiça atendeu um pedido do Ministério Público Estadual que, durante investigação, identificou um número excessivo de contratados na folha de pagamento da prefeitura.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Com os serviços essenciais prejudicados, a Secretaria Municipal de Saúde até tentou realocar servidores de outros setores para atender à alta demanda no Pronto-Socorro e na Unidade de Pronto Atendimento da cidade.

Quem procurou atendimento médico na unidade de saúde que atende a população do Complexo VS-10, onde vivem cerca de 50 mil pessoas, encontrou o local fechado.

Assim como os trabalhadores, pacientes que foram em busca de exames e consultas no Pronto-Socorro, voltaram para casa sem atendimento.

“Minha filha estava sentindo dores desde quinta-feira e eles não atenderam ela, que estava com a garganta doendo. Vim bater o raio-x, mas também não consegui porque os funcionários foram demitidos”, afirma a cozinheira Janaína Nunes.

Para o representante dos Trabalhadores em Saúde do Município de Parauapebas, Marden Lima, antes do desligamento dos trabalhadores lotados na Secretaria de Saúde, seria necessária a realização de um estudo técnico para saber qual seria o tamanho do impacto na sociedade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça manda demolir construção de ex-deputado em cobertura de prédio de luxo em Belém

Juiz entendeu que obras em apartamento duplex de Luiz Sefer não tinham aprovação do condomínio e nem aval dos órgãos de fiscalização competentes.

Por g1 Pará — Belém

19/05/2023 12h29 · Atualizado há 2 dias



Obra em edifício de luxo em Belém é alvo de decisão judicial. — Foto: Reprodução / Redes sociais

O juiz de direito da 12ª Vara Cível e Empresarial de [Belém](#), Álvaro José Norat de Vasconcelos, determinou a demolição do que foi construído em uma cobertura de prédio de luxo em Belém. O alvo da decisão é o ex-deputado estadual Luiz Afonso Proença Sefer. O g1 tentou contato com a defesa dele, mas não obteve resposta.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

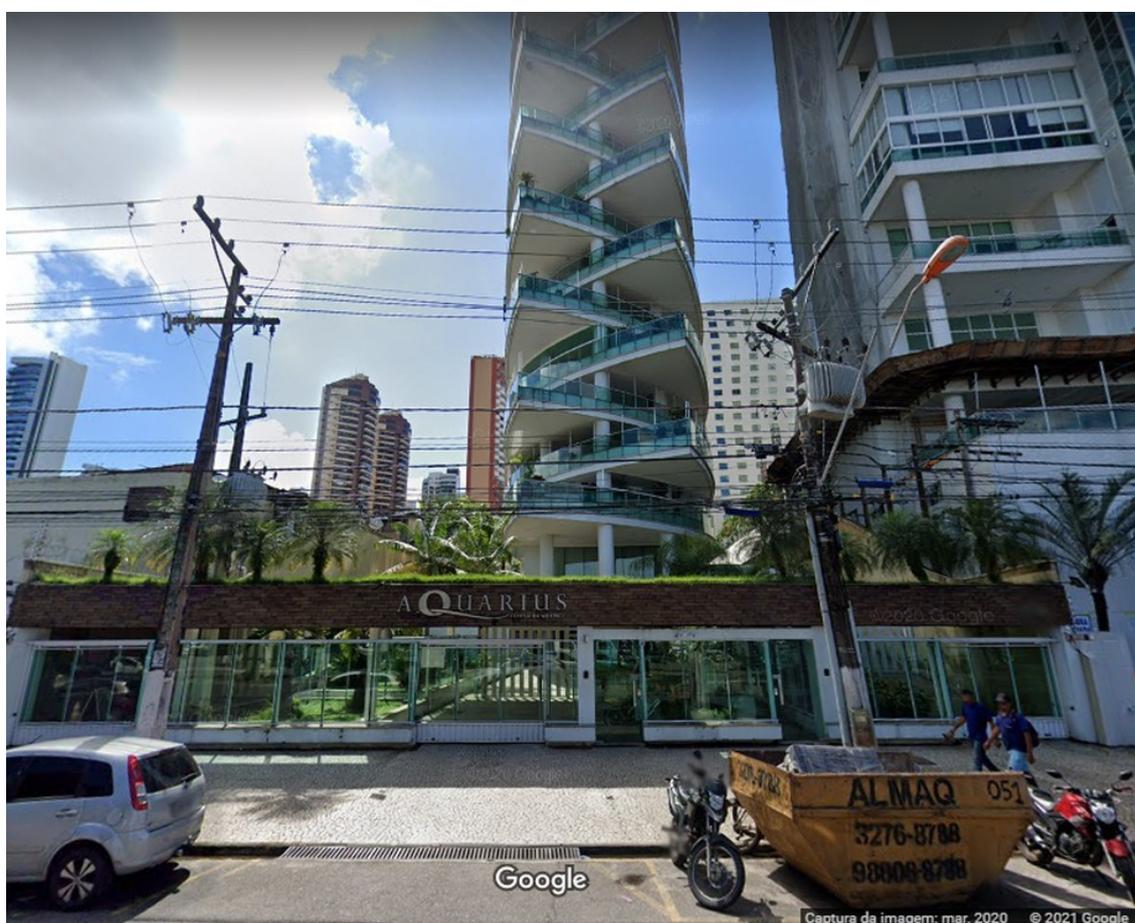
Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo a decisão da Justiça, deve ser demolido "tudo o que fora construído sem a aprovação necessária da assembleia do condomínio e sem o aval dos órgãos públicos de fiscalização competentes para o caso".

O juiz determinou ainda condenação da parte ré aos ônus, relativamente as custas processuais e aos honorários advocatícios que fixou em 10% sobre o valor da causa. A decisão é de 3 de maio deste ano, e foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) nesta sexta-feira (19).

O ex-deputado é proprietário de duas unidades no Condomínio Edifício Aquarius, que fica no bairro Umarizal, área nobre de Belém. O edifício de 32 andares fica localizado na av. Pedro Álvares Cabral, de frente para o rio.



Edifício Aquarius, bairro Umarizal, Belém, Pará — Foto: Reprodução/Google Street View

Segundo a Justiça, ele iniciou há meses a obra de construção de novo pavimento na cobertura do tipo duplex sem possuir alvará concedido pelos órgãos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

competentes. Também não havia concordância expressa aos demais condôminos em assembleia geral, ainda de acordo com a decisão.

Em 2021, o [Ministério Público do Pará havia solicitado à a Secretaria Municipal de Urbanismo \(Seurb\) que fosse feita vistoria técnica e análise de segurança](#) na obra que estava sendo feita no prédio.

Moradores tinham denunciado que ex-deputado Luiz Sefer e o filho, Gustavo Sefer, estavam construindo mais um pavimento na cobertura, sem que estivesse na planta original do empreendimento.

No entanto, segundo a decisão da Justiça, a Seurb, em 12 de maio de 2021, emitiu alvará de licença para a continuidade da obra.

"Vários moradores do prédio não gostaram disso, passando a questionar o empreendimento e a própria segurança estrutural do edifício, pois tratava-se de um andar a mais do que previa o projeto original", cita o juiz.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Expansão de ponto de inclusão digital na comarca de Santarém é discutida em reunião com prefeitos

A reunião foi realizada na manhã desta sexta-feira (19) e contou com a presença da presidente do TJPA, desembargadora Maria Nazaré Gouveia dos Santos.

Por g1 Santarém e região — PA

19/05/2023 16h34 · Atualizado há 2 dias



Audiências poderão ser realizadas por vídeo conferência — Foto: Getty via BBC

Uma reunião com juízes e prefeitos da região foi realizada na manhã desta sexta-feira (19) em [Santarém](#), oeste do Pará, para discutir a expansão do ponto de inclusão digital, projeto que tem como objetivo facilitar o acesso dos moradores dos municípios e distritos mais afastados, aos serviços judiciários.

- [Compartilhe esta notícia no WhatsApp](#)
- [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

A medida atende a recomendação do Conselho Nacional de Justiça, e prevê a instalação de salas equipadas com tecnologia de transmissão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Em Curuai, na região do Lago Grande, um ponto deve ser implantado, de acordo com o prefeito Nélio Aguiar. A região fica cerca 6 horas de distância da zona urbana de Santarém, de viagem de barco.

Todos os prefeitos da região oeste do Pará foram convidados para a reunião. Estiveram presentes no encontro os prefeitos de [Belterra](#), Santarém, o procurador jurídico de [Alenquer](#), e um representante da prefeitura de [Itaituba](#) participou de forma virtual.

Os pontos devem ser instalados em uma sala de 10m², e um servidor deve ser treinado pelo tribunal para realizar os atendimentos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça ordena demolição de obras em cobertura de condomínio de luxo em Belém

Segundo a decisão, as obras foram executadas "sem o alvará concedido pelos órgãos competentes e sem concordância expressa dos demais condôminos"



O Liberal

19.05.23 16h13 - Atualizado em 19.05.23 17h14



Segundo a decisão, os moradores da residencial se opuseram à alteração nas fachadas, porém, as obras foram realizadas contestando a competência das autoridades. (Reprodução / Pará Web News)

O juiz de direito titular da 12ª Vara Cível e Empresarial de Belém, Álvaro José Norat de Vasconcelos, determinou a demolição de obras realizadas na cobertura do Condomínio Edifício Aquarius Tower Residence, localizado no bairro do Umarizal, área nobre de Belém.

O documento, publicado no dia 3 de maio deste ano, diz que o **ex-deputado estadual Luiz Afonso Sefer** seria o dono de um duplex do condomínio onde os serviços vinham sendo realizados há alguns meses "sem possuir o alvará concedido pelos órgãos competentes e, sem haver concordância expressa dos demais condôminos em assembleia geral".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo a decisão, os moradores do residencial foram contra a alteração na fachada, porém, as obras foram executadas mesmo sem o consenso dos moradores do prédio. Foi então que os condôminos solicitaram a concessão da tutela de urgência para que o juiz Álvaro José determinasse a paralisação da obra no residencial.

Com base na determinação, o juiz julgou como “improcedente a alegação suscitada em contestação sobre a ilegitimidade ativa, vez que não há que se falar em falta de interesse ou legitimidade do grupo de condôminos que, com base na possível interferência prejudicial à segurança estrutural do prédio, postulou, em nome próprio, a paralisação da obra”.

Em 2021, a Secretaria Municipal de Urbanismo (Seurb) emitiu alvará de licença para a continuidade da obra, de acordo a deliberação. “Confirmando os efeitos da tutela provisória concedida e determino que a parte ré promova a demolição de tudo o que fora construído na cobertura do edifício sem a aprovação necessária da assembleia do condomínio e sem o aval dos órgãos públicos de fiscalização competentes para o caso”, diz a determinação.

Além da demolição de tudo que foi construído na cobertura do ex-deputado, o juiz condenou a parte ré aos ônus sucumbenciais, relativamente às custas processuais e aos honorários advocatícios que fixou em 10% sobre o valor da causa. A redação integrada de O Liberal tenta contato com Luiz Afonso Sefer para comentar o caso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Adiado julgamento sobre mulheres mortas por militar da reserva da Aeronáutica ; famílias se revoltam

O duplo feminicídio ocorreu em 2021. O militar Joelson Alves de Souza será submetido a um exame de sanidade mental.



O Liberal

18.05.23 21h49



Joelson é acusado de duplo feminicídio e sua defesa conseguiu adiar o julgamento alegando insanidade mental e pedindo exames (TJPA / Divulgação)

O julgamento de Joelson Alves de Souza, militar da reserva da Aeronáutica acusado de matar duas mulheres, em 2021, em Belém, foi adiado. A sessão desta quinta-feira (18) terminou após a defesa do réu alegar que ele está num quadro de depressão e demandar um exame de sanidade mental. O pedido foi acatado, revoltando familiares e amigos de Jessica Mesquita e Tamires Abdon, que aguardavam por um desfecho para o caso. Ainda não há nova data para retomada do julgamento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Juliana Alves, tia de Jéssica, esteve na sessão. Chorando, disse que teve de reviver a dor da perda da sobrinha e saber que teria de esperar mais para uma conclusão. "A expectativa era de acabar ou amenizar com essa dor. O cara mata minha sobrinha com sete facadas e a amiga dela com 12 facadas e alega insanidade mental? É o machismo, querer ter poder sobre a mulher. Falei com ele antes da morte dela. Jéssica e Tamires não precisavam disso. Amiga só estava tentando ajudar ela a sair de um casamento abusivo, do qual ela abriu mão do sonho dela para poder sair de uma forma que não fizesse as pessoas desconfiarem que ela estaria com ele, um homem mais velho, por dinheiro. Ela trabalhava, tinha mestrado. Ela pensou nele até para ir embora", comentou.

Jéssica e Tamires foram mortas no dia 31 de janeiro de 2021, no bairro do Guamá. O crime ocorreu dentro de um residencial, na travessa Barão de Mamoré. Joelson era companheiro de Jéssica, que segundo a família da moça, vivia numa relação abusiva. Ela estava tentando se separar, mas o marido não aceitava. A moça havia pedido exoneração do cargo público de técnica de enfermagem no Hospital Barros Barreto e iria voltar no dia 10 de fevereiro para Pernambuco.

Tamires era amiga de Jéssica e estava ajudá-la a tentar sair de casa. A moça ofereceu abrigo à amiga. No dia do crime, ambas estavam na casa onde o casal morava. Uma briga ocorreu quando o Joelson chegou em casa. As duas foram esfaqueadas pelo militar da reserva. Tamires morreu tentando defender Jéssica. Uma delas, na luta corporal, conseguiu ferir o agressor, que foi socorrido e atendido no Hospital da Aeronáutica, mas posteriormente ficou internado no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência.

A Redação Integrada de O Liberal não conseguiu contato com a defesa de Joelson.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Acusado de tentar matar liderança indígena tem prisão preventiva decretada pelo TJPA

Réu foi preso na terça-feira (16). O crime ocorreu na madrugada do domingo de Dia das Mães (14). Cacique Lúcio Tembê foi baleado no rosto



O Liberal

18.05.23 12h22



Juscelino Ramos Dias, mais conhecido pela alcunha "Passarinho", foi preso em flagrante, na terça-feira (16). (Asscom / PC)

O réu **Juscelino Ramos Dias**, conhecido como "**Passarinho**", acusado de **tentativa de homicídio** contra o **cacique Lúcio Tembê**, teve prisão preventiva decretada nesta quinta-feira (18), durante audiência de custódia realizada pelo juiz Iran Ferreira Sampaio, na Comarca de **Tomé-Açu**. Ele foi preso na terça-feira (16). O **crime foi cometido no último domingo (14), no Ramal Roda D'água, no município do nordeste paraense.**

Na decisão, o magistrado ressaltou que a prisão cautelar do réu se faz necessária para a garantia da ordem pública. "É indispensável a segregação do

investigado com o intuito de se preservar a paz e a tranquilidade no meio social. Os documentos produzidos no âmbito policial revelam que o autuado é possivelmente dotado de elevado grau de periculosidade, dado o modus operandi com que se deu o delito sob análise (seja pela justificativa de venda de entorpecentes ou mesmo por 'encomenda'. Importante anotar aqui que o flagranteado foi encontrado com grande valor em espécie sob seu poder, incompatível com o ofício que alega possuir) e a maneira cruel com os fatos se desenrolaram”.

Por ser o réu também indígena, o juiz também determinou que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) seja oficiada para que, no prazo de 24 horas, indique onde o réu poderá ficar preso.

Relembre o caso

Na madrugada do domingo de Dias das Mães, por volta de 00h30, a equipe da Polícia Civil de Quatro-Bocas estava participando da Operação “Caminhos Seguros” quando foi informada de que um crime havia sido cometido no Ramal Roda D’água, tendo como vítima o cacique Lucio Tembê. De imediato, a equipe se deslocou ao local, onde encontrou uma caminhonete Hilux cinza com a lateral esquerda atolada e, no meio da via, a vítima, que apresentava lesão do lado direito do rosto e estava sujo de sangue. Também estava no local Benedito Anjos Oliveira, que acompanhava o cacique no momento dos fatos.

Após prestar socorro à vítima, transportando-a para o Hospital Estadual de Quatro-Bocas, a polícia interrogou Benedito na delegacia local, que teria dito que dois homens em uma motocicleta vermelha atentaram contra Lúcio Tembê, desferindo contra a vítima disparos de arma de fogo e, logo em seguida, fugiram.

Após investigações, na última segunda-feira, 15, policiais civis ficaram sabendo que houve discussão entre a vítima e o réu pelo fato de que Juscelino estaria vendendo drogas na aldeia, algo que o cacique era contrário. Ao ir em busca do

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

r eu, a equipe localizou um indivíduo com as características indicadas pelas testemunhas, conduzindo uma motocicleta preta com detalhes em vermelho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Saúde de Parauapebas sofre intervenção administrativa

Prefeito Darci Lermen exonerou o secretário de Saúde e instituiu comissão para administrar a crise gerada pela demissão de servidores



Erize Mdgal
19.06.23 17h34



Uma **intervenção administrativa** na saúde do município de [Parauapebas](#), no sudeste paraense, foi decretada (Decreto 533/2023) pelo prefeito [Darci Lermen](#) (MDB), conforme publicado no Diário Oficial do Município, nesta sexta-feira (19). O secretário de Saúde, Gilberto Laranjeiras, foi **exonerado** do cargo (Decreto 532/2023). O motivo da intervenção foi a recente redução do funcionalismo que causou prejuízos no atendimento à população. Uma decisão judicial havia determinado as exonerações de servidores contratados porque a folha de pessoal estava inchada.

As demissões realizadas em várias áreas da administração municipal são estimadas em 2.500, sendo 500 somente na saúde. Após as dispensas,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

circularam nas redes sociais reclamações de deficiência no atendimento à população em várias unidades da atenção básica à alta complexidade.

O Decreto 533 instituiu uma comissão para reguardar o atendimento à população, garantindo o funcionamento de serviços essenciais no Hospital Geral de Parauapebas, nas Unidades de Pronto-Atendimento e nos demais setores do órgão pelo prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Fazem parte da chamada Comissão Especial de Acompanhamento e Intervenção Administrativa na Secretaria de Saúde de Parauapebas, os seguintes servidores: Teobaldo Correia Neto e Jobervan Augusto da Silva, da Secretaria de Administração; Alex Ohana, do gabinete do prefeito, que coordena a comissão; Paulo Vilarinhos, adjunto da secretaria de Saúde; Seanne da Silva, coordenadora da Atenção Básica da Secretaria de Saúde; Natasha Moraes, também da Secretaria de Saúde; e Evaldo Fidelis, presidente do Conselho Municipal de Saúde.

No decreto, Lermen também determinou a instauração de processo administrativo para apurar "eventuais irregularidades identificadas em decorrência da descontinuidade dos serviços essenciais da Secretaria Municipal de Saúde".

Nota da Prefeitura

Em nota enviada a O Liberal, a Prefeitura de Parauapebas informou que: "criou uma Comissão Especial de Acompanhamento e Intervenção Administrativa na Secretaria de Saúde para resguardar a continuidade dos serviços essenciais no Hospital Geral de Parauapebas (HGP), Unidades de Pronto Atendimento e demais setores do órgão, pelo prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período. O decreto foi publicado na tarde desta sexta-feira, dia 19, em edição extra do Diário Oficial Eletrônico do Município de Parauapebas (E-Domp)".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

"A Comissão Especial é composta por representantes do Gabinete do Chefe do Executivo, da Secretaria Municipal de Administração (Semad), Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) e pelo Conselho Municipal de Saúde. E uma de suas principais atribuições é assegurar a regularidade dos serviços de saúde prestados à comunidade. A gestão municipal reafirma seu compromisso em busca de soluções visando o bem-estar e a qualidade de vida de sua população", acrescenta a prefeitura.

Justiça

Na última terça-feira (16), o juiz Lauro Fontes Júnior, titular da **Vara de Fazenda Pública e Execução Fiscal da Comarca de Parauapebas**, determinou que a Prefeitura exonerasse os servidores contratados pelo município. A decisão atende parcialmente a ação civil pública movida pelo [Ministério Público Estadual \(MPPA\)](#), que acusa o prefeito de não ter executado o plano de demissão dos contratados e para convocar concursados.

Em novembro de 2022, o prefeito ficou afastado do cargo por 36 dias, acusado de **improbidade administrativa**, e retornou por decisão do desembargador José Maria Teixeira do Rosário, do [Tribunal de Justiça do Estado do Pará \(TJPA\)](#).

Na decisão desta semana, o juiz determinou que os serviços essenciais relacionados à saúde e à educação não seriam atingidos inicialmente pela ordem de exoneração.